

RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.249 - MS (2018/0283064-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BANCO PAN S.A.
ADVOGADO : ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO E OUTRO(S) -
SP192649
RECORRIDO : THIAGO MALIKOSKY
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manifestado por Banco Pan S/A, no qual se alega violação dos arts. 5º, XXII, da Constituição Federal; 5º, § 3º, do Decreto-Lei n. 911/1969; e 1.228 do Código Civil. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 88):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - BUSCA E APREENSÃO - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - CONCESSÃO DE LIMINAR PARA A APREENSÃO DO BEM - REMOÇÃO DA COMARCA NOS 15 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR CONDICIONADA À PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL - POSSIBILIDADE.

1. Controvérsia centrada na discussão sobre o acerto da decisão que condicionou a remoção da comarca do bem objeto de busca e apreensão, nos 15 dias após a execução da liminar, à prévia autorização judicial.
2. Não estando presente, simultaneamente, a verossimilhança das alegações (fumus boni iuris) e o perigo de lesão grave e de difícil reparação ao direito da parte (periculum in mora), é de ser indeferida a antecipação dos efeitos da tutela.
3. A exigência de prévia autorização judicial para remoção da comarca do bem alienado fiduciariamente e objeto de apreensão judicial se justifica em consonância com os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.
4. Agravo de Instrumento conhecido e não provido.

Sustenta a instituição financeira, em síntese, que não existe previsão legal para a imposição de restrição de remoção do bem da comarca onde tramita o processo.

Afirma que "restringir a remoção do bem da comarca, bem como impedir

a alienação extrajudicial do bem após decorrido o prazo legal, fere frontalmente o direito de propriedade estabelecido no art. 1.228 do Código Civil, bem como na Constituição Federal" (fl. 97).

Assim posta a questão, passo a decidir.

Inicialmente, é necessário salientar que a via especial não é a sede própria para a discussão de matéria de índole constitucional, sob pena de usurpação da competência exclusiva do STF.

No mérito, verifico que o Tribunal de origem manteve a decisão que deferiu a liminar de busca e apreensão, todavia, condicionou a retirada do veículo da comarca à prévia autorização judicial, conforme se extrai dos seguintes trechos (fls. 90/92):

(...) 1 - Tutela antecipada - Remoção da comarca do bem objeto de busca e apreensão

O autor-agravante insurge-se contra a decisão que concedeu a liminar requerida para busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, mas condicionou a não retirada do veículo da comarca, nos 15 dias seguintes à execução da liminar, sem expressa e prévia autorização do juízo (f. 41).

Alega que "restringir, bem como impedir a venda e remoção do veículo da Comarca, após decorrido o prazo legal, fere frontalmente o direito de propriedade estabelecido no Art. 1.228 do Código Civil, bem como na Constituição Federal" (f. 4).

Em síntese, a interposição de Agravo de Instrumento contra decisão que apreciou, na origem, pedido de tutela provisória devolve ao Tribunal a apreciação desses requisitos.

O Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dispõe:

(...)

O texto legal supratranscrito esclarece que cinco (5) dias após a apreensão do bem objeto da alienação fiduciária, caso o devedor não pague integralmente o débito cobrado, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário.

Isto significa dizer que o credor-fiduciário passará a ter a posse plena e exclusiva do bem independentemente de qualquer decisão judicial, podendo, inclusive, proceder aos atos de venda a terceiro.

Apesar disso, filio-me ao entendimento de que a regra constante no

referido dispositivo legal deve ser mitigada, em observância aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

Assim, em consonância com os mencionados princípios, entendo que não há plausibilidade no direito reclamado.

Desse modo, num juízo perfunctório, entendo ser possível ao Magistrado restringir a liminar concedida, para condicionar a retirada do bem da comarca, dentro dos 15 dias seguintes à execução da liminar, à autorização do Juízo, tendo em vista o poder geral de cautela do juiz, que pode ser aplicado inclusive em se tratando de alienação fiduciária em garantia. (...)

Por outro lado, de se ressaltar que não está demonstrado o prejuízo do agravante, pois, a qualquer momento, poderá formular requerimento para remoção do veículo, o que, de acordo com o decisum objurgado, será criteriosamente apreciado pelo Juiz, podendo, após os 15 dias da execução da liminar, retirar o bem sem nenhum óbice.

Logo, verifica-se não haver, aparentemente, plausibilidade do direito capaz de determinar a reforma da decisão impugnada.

Desse modo, deve ser mantida a decisão que deferiu a liminar de busca e apreensão, mas condicionou a retirada do veículo da comarca à prévia autorização judicial.

(...)

Com efeito, anoto que a jurisprudência do STJ já decidiu que nos contratos firmados sob a vigência da Lei n. 10.931/2004, que alterou o art. 3º do Decreto-Lei n. 911/1969, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária. A propósito, confira-se:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DO TOTAL DA DÍVIDA (PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS). TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. DESCABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária" (REsp n. 1.418.593/MS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/5/2014, DJe 27/5/2014.). Precedente representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC).

2. A Segunda Seção do STJ, no julgamento do REsp n. 1.622.555/MG, firmou o entendimento de que não se aplica a teoria do adimplemento substancial para a alienação fiduciária regida pelo Decreto-Lei n. 911/1969.(REsp 1622555/MG, Relator para o Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 16/3/2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.698.348/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 14.3.2018)

Nesse panorama, consolidada a propriedade do veículo, seja com o credor ou com o devedor, desde que observado o regramento previsto nos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei n. 911/1969, não há que se falar em restrição ao direito do proprietário de dispor licitamente sobre o veículo. Nesse sentido, cito o seguinte precedente:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ENTREGA DOS BENS PELO DEVEDOR - CARÊNCIA DE AÇÃO - INOCORRÊNCIA - MEDIDA QUE CONSOLIDA A PROPRIEDADE E POSSE DIRETA - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC - AFRONTA AOS ARTS. 2º E 3º DO DECRETO-LEI 911/69 - INEXISTÊNCIA.

1 - Inexiste a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC. A norma processual é clara ao fixar as hipóteses, via embargos declaratórios, de mudança do teor do julgado prolatado. São estas: omissão, contradição ou obscuridade. Não é o caso dos autos, porquanto o mesmo não incorreu em nenhuma delas. Têm tais embargos a natureza, de regra, meramente integrativa, sendo raros os casos em que a doutrina e a jurisprudência aceitam o caráter infringente (cf.

NELSON NERY JÚNIOR, in "Código de Processo Civil Comentado", São Paulo, Ed. RT, 3º ed., p. 782, nota 8 ao art. 535).

2 - No que tange a alegação de violação aos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei 911/69, porquanto seria o recorrido carecedor da ação por falta de interesse processual, posto que os bens alienados fiduciariamente foram devolvidos espontaneamente pela devedora-alienante antes do ajuizamento da ação de busca e apreensão, o recurso, igualmente não prospera. O mencionado art. 2º faculta ao credor vender o objeto da garantia, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial. Entretanto, não exclui a possibilidade do credor fiduciário requerer a busca e apreensão, o que é ratificado pelo próprio art. 3º.

3 - A simples entrega dos bens pelo devedor fiduciante, como no caso, não tem o condão de tornar o credor sem interesse processual de agir, com a propositura de eventual ação de busca e apreensão, porquanto esta é o instrumento necessário para a consolidação da propriedade e posse plena e exclusiva dos referidos bens, os quais podem, então, ser objeto de venda extrajudicial.

4 - Uma vez consolidada a propriedade nas mãos do fiduciário, a venda passa a ser exercício do pleno poder de dispor de um proprietário irrestrito, não mais um ônus para realização de uma garantia, como se apresenta quando o fiduciário ainda não teve consolidada a propriedade.

5 - Recurso conhecido, por ambas as alíneas, porém, desprovido.

(REsp 240.289/PR, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 3.8.2004, DJ de 27.9.2004, p. 360) (grifo nosso)

Dessa forma, registro que o acórdão recorrido, ao condicionar a retirada do veículo da comarca à prévia autorização judicial, está em dissonância com o entendimento do STJ, conforme visto acima.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a restrição do proprietário de dispor licitamente sobre o veículo, após a consolidação da propriedade do bem.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora